

convocar<sup>14</sup> Constituinte

Congresso até 15/06, atropelando a emenda Righi

## Governo decide

A mensagem deverá chegar ao

CORREIO BRAZILIENSE

22 MAI 1985

O Governo decidiu recuperar a iniciativa política e negando quorum à proposta de emenda convocando a Constituinte, apresentada pelos parlamentares Gastone Righi, Alberto Goldman - já bombardeada na Comissão de Constituição e Justiça. Em compensação o presidente José Sarney mandará mensagem do Executivo convocando a Constituinte, mas deseja que este projeto de lei seja votado só no segundo semestre, para comprometer os partidos políticos, desde já, com sua proposta de reforma da atual Constituição.

Pela proposta do Governo, que deverá ser enviada, até o dia 15/06, os deputados e senadores eleitos em 1986 terão um mandato constituinte de dois anos. A proposta não tratará do mandato do presidente Sarney, nem da situação dos senadores eleitos em 1982, que têm mandato até 1988. Mas restaurará o quorum de maioria simples para emendas constitucionais, (50% dos deputados e senadores mais um voto).

Estas informações foram confirmadas, em parte, pelas lideranças políticas do Governo durante entrevista que deram logo após a reunião do Conselho Político, realizada ontem de manhã, no Palácio do Planalto. O líder Pimenta da Veiga confirmou que o assunto dos políticos com Sarney foi "a Constituinte, o reajuste das prestações do BNH e a eleição em dois turnos.

Estas eleições são as municipais, de 15 de novembro próximo, e que não deverão ser em dois turnos para todos os municípios brasileiros. Houve o consenso entre os líderes da Aliança Democrática de que os dois turnos somente devem ser utilizados nos municípios com mais de 250 mil habitantes, embora existam deputados e senadores que queiram elevar aquele número para 500 mil habitantes.

## CONSTITUINTE

O governo decidiu que mandará sua emenda de Constituinte ao Congresso somente após o presidente Sarney conversar com todos os presidentes dos partidos políticos, adiantou Pimenta da Veiga. Este cuidado se explica: disse o parlamentar, porque o governo pretende que esta Constituição seja duradoura.

Será uma Constituição que não precisaremos mexer durante um bom tempo, principalmente porque a Constituinte não nascerá fruto de uma ruptura política, mas de uma fase de transição. Esta pode ser a oportunidade de fazermos a Constituinte de nossos sonhos, a Constituição definitiva do Brasil, sonhou Pimenta.

Para ele, ao mandar a sua mensagem ao Legislativo, o Governo não estará atropelando o nem ao deputado Gastone Righi, cuja emenda está mais em evidência.

A emenda do Governo terá um encaminhamento autônomo, não poderá ser anexada à emenda Righi que já tramitou e padece de defeitos jurídicos que impedirão a sua aprovação em plenário, comentou Veiga.

O cronograma do Governo, então, será o de mandar a sua mensagem de Constituinte e aguardar a sua votação e para formar, logo em seguida à aprovação da mensagem, a Comissão da Constituinte, composta de pessoas conhecidas. Enquanto a mensagem do governo estiver sendo votada e discutida em plenário, o governo já estará conversando com os partidos políticos à remoção do resto do entulho autoritário presente na legislação brasileira.

## O PACTO

Para Fernando Henrique Cardoso, faz parte do pacto a definição de qual entulho remover primeiro, se a Lei de Greve, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, a Lei dos Partidos Políticos, ou mesmo a Lei Falção. "São muitos os assuntos e cada um exigirá uma comissão própria para que haja uma decisão amadurecida", explicou o senador.

Em sua opinião, além de formar uma comissão para cada uma destas leis, o Governo deve definir quais serão seus interlocutores com os partidos.

A emenda da Constituinte será uma tarefa a ser coordenada pelo deputado Ulysses Guimarães, enquanto caberá ao Ministério da Justiça levar adiante a discussão da remoção do entulho, separou Fernando Henrique Cardoso, repetindo uma composição que acomoda dentro do Governo a liderança de Ulysses e as reivindicações do ministro Fernando Lyra.

"O pacto político do Governo é definir a reforma desta legislação autoritária", definiu Fernando, ao explicar que não houve uma mudança do pensamento do governo "só porque antes o que se queria era pacto e depois Constituinte, e agora o governo quer Constituinte e depois pacto político". O que houve foi uma acomodação de desejos, disse o líder do governo no Congresso.

O que o presidente José Sarney quer é uma carta de princípios que resulta numa Constituinte livre e soberana, acrescentou o senador Humberto Lucena. Existe um compromisso com a Aliança Democrática e ele será cumprido.

Este roteiro institucional será discutido com todos os partidos que aceitarem o tema, adiantou Lucena, inclusive o PDS e os partidos comunistas. Lucena confirmou a falta de quorum para a emenda Righi, embora tenha ressaltado que a manobra seria desnecessária, "já que esta emenda vem bichada da Comissão de Constituição e Justiça". Para o líder do PMDB, é necessário que o governo exponha claramente o que pretende com sua proposta de Constituinte, para que "não pareça que o único sentido desta sua iniciativa seja esvaziar requerimentos e projetos de colegas parlamentares".